

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## RESOLUÇÃO NORMATIVA RN TC N° 13/2021

Dispõe sobre o envio diário de dados relativos à execução orçamentária e financeira das unidades gestoras estaduais da Paraíba.

Dispõe sobre a coleta diária de dados relativos à execução orçamentária e financeira das unidades gestoras estaduais da Paraíba. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE-PB -** no exercício de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pelo art. 3º da Lei Complementar 18/93 - LOTCE/PB e art. 4º, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e

**CONSIDERANDO** o necessário aperfeiçoamento dos métodos e formas de fiscalização, a fim de alcançar cada vez mais a eficiência das atividades deste Tribunal, notadamente através do uso de ferramentas tecnológicas que possibilitam o relacionamento entre sistemas, assegurando assim a autenticidade das informações recebidas;

**CONSIDERANDO** as obrigações legais expressas nos Arts. 48 e 48-A da LRF (LC 101/2000) e no Decreto 10.540/20, 05 de novembro de 2020, quanto à disponibilização pelo Gestor, em tempo real, das informações sobre execução orçamentária e financeira;

**CONSIDERANDO** a troca de experiência entre o Tribunal e o ente jurisdicionado quanto ao envio e recebimento de informações diárias que permitiram o avanço na captação dos dados;

## RESOLVE:

Art. 1°. Instituir o SAGRES ESTADUAL CAPTURA para a coleta eletrônica de dados de execução orçamentária e financeira dos jurisdicionados estaduais.

Parágrafo Único. Os dados a serem extraídos pelo SAGRES e as especificações técnicas da solução estão registrados no ambiente de documentação, no endereço eletrônico <a href="https://sagres.gitlab.tce.pb.gov.br/se\_documentacao">https://sagres.gitlab.tce.pb.gov.br/se\_documentacao</a>, e poderão ser serão periodicamente atualizadas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, pela Controladoria Geral do Estado - CGE e pela Companhia de Processamento de Dados da Paraíba - CODATA.

- § 1°. Para fins desta resolução, entende-se por: (Parágrafo incluído pela Resolução Normativa RN-TC n° 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- I data de inclusão no SIAFI: a data em que o dado foi inserido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado da Paraíba (SIAF);
- II data de processamento no SIAF: quando o dado passou a ter efeito contábil/financeiro/orçamentário no Estado da Paraíba;
- III data de parâmetro da coleta: a data de requisição de uma coleta de dados, pelo sistema de captura do TCE-PB ao SIAF;
- IV data de execução: a data em que uma requisição de coleta de dados foi efetivamente executada pelo sistema de captura do TCE-PB.
- § 2°. Parágrafo Único. Os dados a serem extraídos pelo SAGRES e as especificações técnicas da solução estão registrados no ambiente de documentação, no endereço eletrônico https://sagres.gitlab.tce.pb.gov.br/se\_documentacao, e poderão ser atualizadas pelo Tribunal de Contas do Estado TCE, pela Controladoria Geral do Estado CGE e pela Companhia de Processamento de Dados da Paraíba CODATA. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC n° 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022 ) e renumerado pela Resolução Normativa RN-TC n° 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022 )
- §3°. As atualizações previstas no parágrafo anterior serão feitas em comum acordo entre o Tribunal e as entidades estaduais, não incidindo as penalidades previstas nesta resolução até as suas efetivas implementações, conforme prazo também acordado, documentado e oficiado via e-mail. (Incluído pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022 e renumerado pela Resolução Normativa RN-TC nº 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- Art. 2°. Os dados definidos no ambiente de documentação serão extraídos pelo SAGRES ESTADUAL CAPTURA do Sistema Integrado de Administração Financeira SIAF, automaticamente, da seguinte forma:
- I os de natureza diária, considerados os dados relativos ao dia imediatamente anterior à captura, serão coletados diariamente, até as 08:30h (oito e trinta);
- I os de natureza diária, considerados os dados relativos ao dia imediatamente anterior à captura, que deverão estar disponíveis para coleta até às 08h30min. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)

- H os de natureza mensal, considerados os dados referentes ao mês anterior, serão coletados no primeiro domingo após o sétimo dia do mês subsequente, a partir das 18:30h (dezoito e trinta).
- II os de natureza mensal, considerados os dados referentes ao mês anterior, que deverão estar disponíveis para coleta no dia 15 do mês subsequente, até as 18h30min. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser realizadas coletas adicionais, no todo ou em parte dos dados, em razão de circunstâncias registradas no ambiente de documentação e no correspondente protocolo de entrega.

- Art. 3°. Os dados coletados na forma descrita no artigo anterior irão compor o correspondente balancete mensal do jurisdicionado, do mês de competência da informação.
  - Art. 4°. Para fins desta Resolução, a coleta de dados classifica-se como:
- I. SUCESSO DE ENVIO, quando todos os dados previstos forem coletados e processados corretamente;
- I. SUCESSO DE COLETA, quando todos os dados previstos forem coletados e processados corretamente; (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- II. FALHA, quando alguma situação excepcional impedir a conclusão da coleta e/ou do processamento dos seus dados.

Parágrafo único. Uma coleta com FALHA pode conter dados válidos coletados e processados até o ponto onde foi identificado a excepcionalidade, podendo ser:

- § 1°. Uma coleta com FALHA pode conter dados válidos coletados e processados até o ponto onde foi identificado a excepcionalidade, podendo ser: (Renumerado pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- I. FALHA OPERACIONAL em razão da impossibilidade de acesso aos serviços de entrega de dados, seja por falha de conexão, por exceder o tempo de espera de resposta ou quaisquer outras formas de negação de serviço;
- II. FALHA ESTRUTURAL, quando os dados são entregues malformados ou corrompidos, tais como: arquivo com má formação dos dados, dados ausentes ou não gerados e dados com caracteres inválidos;
- III. FALHA LÓGICA, quando a relação lógica entre os dados é incoerente, conforme as regras de validação implementadas no sistema e registradas no ambiente de documentação.

- § 2°. Não serão consideradas como falhas as paradas que impossibilitem o acesso aos dados pelo SAGRES, como as decorrentes de: (Incluído pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- I manutenção técnica programada no Centro de Processamento de Dados (CPD) da CODATA, desde que previamente comunicadas ao Tribunal;
- I manutenção programada no Centro de Processamento de Dados (CPD) da CODATA, desde que previamente comunicadas ao Tribunal; (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- II falta de energia elétrica ou de conexão de banda larga por parte dos fornecedores que afetem o CPD da CODATA.
- Art. 5°. Para cada coleta diária executada, será gerado uma Certidão de Entrega/Alteração de Dados, com todos os comprovantes das entregas ocorridas naquele dia, podendo constar os dados de um ou mais dias pretéritos de processamento do SIAF.
- Art. 5°. Para cada coleta diária executada, será gerado uma Certidão de Entrega/Alteração de Dados com número de protocolo do TCE-PB, com todos os comprovantes das entregas ocorridas naquele dia, podendo constar os dados de um ou mais dias pretéritos de processamento do SIAF. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC n° 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- § 1°. O comprovante de entrega identifica a classificação da coleta, nos termos do art. 4°, especificando e quantificando os tipos de dados coletados, registrando dois códigos de segurança, para fins de integridade e autenticidade dos dados, sendo um de controle do Tribunal e o outro da CODATA, conforme estabelecido no ambiente de documentação.
- § 2º. No caso de contestação dos dados enviados, a CODATA terá 48 horas, a partir da solicitação do Tribunal, para informar a lei de formação do seu código de segurança, que não é de conhecimento do TCE até este evento e, em sequência e imediatamente, modificá lo para as coletas subsequentes.
- § 2°. No caso de contestação dos dados, a CODATA terá 4 dias, a partir da solicitação do Tribunal, para informar a palavra segredo do dia coletado, que não é de conhecimento do TCE, e que compõe o código de segurança, garantindo a integridade do conteúdo e o não-repúdio dos arquivos contestados. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- Art. 6°. Para a coleta classificada como FALHA, em caso de impedimento da conclusão ou processamento dos dados, será considerado o retardo no envio decorrente do erro, ensejando a aplicação de multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso ao:

- Art. 6°. Para a coleta classificada como FALHA, em caso de impedimento da conclusão ou processamento dos dados, será considerado o retardo na coleta decorrente do erro, ensejando a aplicação de multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia útil de atraso, quando for coletado além do prazo de 2 (dois) dias úteis entre a sua data de processamento no SIAF e a sua data de inclusão no mesmo: (Redação dada pela Resolução Normativa RN TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- Art. 6°. Para a coleta classificada como FALHA, em caso de impedimento da conclusão ou processamento dos dados, será considerado o retardo na coleta decorrente do erro, ensejando a aplicação de multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia útil de atraso, quando estas ocorrerem por mais de dois dias úteis consecutivos, todavia, a contagem para efeito de aplicação desta multa será reiniciada se houver coleta com sucesso, mesmo em dia não útil. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- I ao gestor da CODATA, quando a falha for OPERACIONAL e/ou ESTRUTURAL;
  - II ao gestor da CGE, quando a falha for classificada como LÓGICA.

Parágrafo único. Cada gestor terá, por ano, 20 (vinte) dias para enviar os dados considerados falhos, sem a incidência da multa prevista no caput.

- Art. 7°. Para as coletas com SUCESSO DE ENVIO será aplicada multa ao gestor da CGE no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por registro enviado para correção ou encaminhado de forma extemporânea, limitando se ao máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada mês.
- Art. 7°. Para os casos de SUCESSO DE COLETA será aplicada multa ao gestor da CGE no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por registro enviado para correção ou encaminhado de forma extemporânea, limitando-se ao máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada mês. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC n° 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- § 1º. Para efeito do cálculo dessa multa, entende-se por registro como uma linha composta pelo conjunto de campos de dados descrito na documentação relativos a uma mesma tabela com valor monetário.
  - § 2°. Quanto ao envio, o registro pode ser:
- § 2°. Quanto à coleta, o registro pode ser: (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC n° 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- I. ENVIADO NO PRAZO, quando a coleta ocorrer no prazo estabelecido nesta Resolução;

- I. COLETADO NO PRAZO, quando a coleta ocorrer no prazo estabelecido nesta Resolução; (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- II. ENVIADO DE FORMA EXTEMPORÂNEA, quando é coletado além do prazo de 1 (um) dia entre a sua data de processamento no SIAF e a sua data de inclusão no mesmo;
- II. DISPONIBILIZADO DE FORMA EXTEMPORÂNEA, quando é coletado além do prazo de 2 (dois) dias úteis entre a sua data de processamento no SIAF e a sua data de inclusão no mesmo; (Redação dada pela Resolução Normativa RN TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- II. DISPONIBILIZADO DE FORMA EXTEMPORÂNEA, quando é coletado além do prazo de 2 (dois) dias úteis entre a sua data de inserção no SIAF e a data de parâmetro da coleta, bem como quando a diferença entre o mês da data de processamento e o mês da data de parâmetro de coleta for superior a um mês; (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- III. ENVIADO PARA CORREÇÃO quando o registro for coletado e já tenha sido enviado em uma coleta anterior;
- III. DISPONIBILIZADO PARA CORREÇÃO quando o registro for coletado e já tenha sido recebido em uma coleta anterior, quando é coletado além do prazo de 2 (dois) dias úteis entre a sua data de processamento no SIAF e a sua data de inclusão no mesmo; (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- III. DISPONIBILIZADO PARA CORREÇÃO quando o registro for coletado novamente modificando algum dado já recebido em uma coleta anterior, quando é coletado além do prazo de 2 (dois) dias úteis entre a sua data de inserção no SIAF e a data de parâmetro da coleta, bem como quando a diferença entre o mês da data de processamento e o mês da data de parâmetro de coleta for superior a um mês; (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- IV. ENVIADO PARA RECOLETA são os casos excepcionais, devidamente registrados no ambiente de documentação e no protocolo de entrega, quando houver a substituição de um conjunto de registros coletados anteriormente e com a correspondente reescrita dos eventos de coleta históricos.
- IV. DISPONIBILIZADO PARA RECOLETA são os casos excepcionais, devidamente registrados no ambiente de documentação e no protocolo de entrega, quando houver a substituição de um conjunto de registros coletados anteriormente e com a correspondente reescrita dos eventos de coleta históricos. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)

- Art. 8°. Juntamente com a primeira Certidão de Entrega/Alteração de Dados de cada mês, será emitido o Relatório de Multas, identificando e quantificando as multas definidas nos arts. 6° e 7° referentes ao mês anterior.
- Art. 8°. Juntamente com a primeira Certidão de Entrega/Alteração de Dados de cada mês, será emitido o Relatório de Multas, quantificando as multas identificadas no mês anterior, definidas nos arts. 6° e 7°, inclusive com o seu respectivo detalhamento. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC n° 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)

Parágrafo único. A comprovação do pagamento das multas até o último dia do mês em que foi emitido o Relatório é condição para o envio dos dados do mês subsequente.

Parágrafo único. A comprovação do pagamento das multas até o último dia do mês em que foi emitido o Relatório é condição para a coleta dos dados do mês subsequente. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)

- Art. 9°. Em razão do encerramento e início dos exercícios financeiros, o envio das informações diárias de 30 de dezembro a 10 de janeiro poderá ser atualizado sem a aplicação de multa (arts. 6° e 7°) e o desconto dos dias de livre alteração (parágrafo único do art. 6°), até o dia 10 de janeiro.
- Art. 9°. Em razão do encerramento e início dos exercícios financeiros, a coleta das informações diárias de 30 de dezembro a 10 de janeiro poderá ser atualizado sem a aplicação de multa (arts. 6° e 7°) e o desconto dos dias de livre alteração (parágrafo único do art. 6°), até o dia 10 de janeiro. (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC n° 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)
- Art. 9°. Em razão do encerramento e início dos exercícios financeiros, a coleta das informações diárias poderá ser realizada sem aplicação de multa (arts. 6° e 7°) e o desconto dos dias de livre alteração (parágrafo único do art. 6°), quando: (Redação dada pela Resolução Normativa RN-TC n° 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- I as datas de coleta recaiam no período de 30 de dezembro a 10 de janeiro do exercício seguinte; (Inciso incluído pela Resolução Normativa RN-TC nº 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- II as datas de coleta recaiam no período de 1º de janeiro até 31 de março, se as datas de processamento forem referentes ao exercício anterior. (Inciso incluído pela Resolução Normativa RN-TC nº 07/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 29/12/2022)
- Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução Normativa RN-TC nº 05/2017.
  - Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º janeiro de 2022.
- Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos arts. 6° e 7° que passarão a vigorar em 1° de julho de 2022. (Redação dada pela

Resolução Normativa RN-TC nº 02/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 02/06/2022)

Publique-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões do TCE-PB - Plenário Ministro João Agripino. João Pessoa, 22 de dezembro de 2021.

## Conselheiro **Fernando Rodrigues Catão**Presidente

Conselheiro Arnóbio Alves Viana

Conselheiro **Antônio Nominando Diniz Filho** 

Conselheiro André Carlo Torres Pontes Conselheiro Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro em exercício Oscar Mamede Santiago Melo

**Bradson Tibério Luna Camelo**Procurador-Geral do Ministério Público de Contas